

Políticas públicas para a economia criativa: interfaces e reflexões a partir da abordagem policêntrica

Public policies for creative economy: interfaces and reflections from a polycentric approach

Adriano Pereira de Castro Pacheco^I , Manoela Morais^I ,
Erlaine Binotto^{II} , Elcio Gustavo Benini^{III} 

RESUMO

O trabalho teve por objetivo analisar as características do percurso teórico-metodológico dos estudos de políticas públicas em abordagem policêntrica e sua aplicabilidade no contexto da economia criativa. Para isso, realizou-se uma revisão sistemática de 24 artigos científicos selecionados nas bases de dados *Scopus*, *Science Direct* e *Web of Science*. Os resultados mostram que a abordagem policêntrica tem sido relatada de forma exitosa nos estudos científicos sobre desenvolvimento, uma vez que incentiva e democratiza o acesso de atores não estatais no centro da tomada de decisão, sinalizando a viabilidade de aplicação em políticas públicas endereçadas a setores estratégicos do país, como a economia criativa. Contudo os estudos deixaram de apresentar detalhadamente os modelos e instrumentos necessários à efetiva implementação de políticas públicas na perspectiva policêntrica, o que revela uma agenda promissora de pesquisas sobre arranjos alternativos de políticas públicas.

Palavras-chave: abordagem policêntrica; economia criativa; políticas públicas.

ABSTRACT

The objective of this work was to analyze the characteristics of the theoretical-methodological path of public policy studies with a polycentric approach, as well as their applicability in the context of creative economy. In order to do this, 24 scientific articles, selected from the Scopus, Science Direct, and Web of Science databases, were systematically reviewed. The results showed that a polycentric approach has been reported to be successful in scientific studies regarding development, given that it encourages and democratizes the access of non-state actors at the center of decision-making. This signals the feasibility of its application in public policies addressing strategic sectors, such as the creative economy. Nevertheless, these studies failed to present in detail the models and instruments necessary for the effective implementation of public policies from a polycentric perspective, which reveals a promising research agenda for the arrangements of alternative public policy.

Keywords: polycentric approach; creative economy; public policies.

^IUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul, Escola de Administração e Negócios – Campo Grande (MS), Brasil. E-mails: adrianopcastro@gmail.com; manoelamorais26@gmail.com

^{II}Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração – Campo Grande (MS), Brasil. E-mail: e-binotto@uol.com.br

^{III}Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Administração e Programa de Pós-Graduação em Administração Pública – Campo Grande (MS), Brasil. E-mail: elciobenini@yahoo.com.br

Recebido em: 22/02/2021 – Aceito em: 20/07/2021

INTRODUÇÃO

A economia criativa (EC), conceito ajustado entre o delicado equilíbrio de imperativos econômicos e o patrimônio cultural de uma nação (MADEIRA, 2014), despontou como uma das estratégias de desenvolvimento econômico mais significativas das últimas décadas, sobretudo pela capilaridade dos setores que a constituem, percorrendo expressões culturais tradicionais a serviços criativos e novas tecnologias (CAVES, 2002; HART, 2005; REIS, 2008; FLORIDA, 2012; DEHEINZELIN, 2012; HOWKINS, 2013).

Sob essa constatação, têm sido tarefa recorrente na agenda política internacional discussões sobre novas estratégias para o desenvolvimento econômico mundial pautadas em recursos abundantes e intangíveis, como a criatividade. As instituições predominantes nessas discussões constituem-se de organizações multilaterais e governos, atuando de forma articulada no processo de construção de políticas públicas para as indústrias e cidades criativas (UNCTAD, 2010; COMUNIAN, 2011; UNESCO, 2013).

No entanto os estudos retromencionados frequentemente ocupam o *mainstream* da literatura gerencialista sobre EC notadamente pela defesa de expressões como inovação, competitividade, diferenciação vertical, empreendedorismo, direitos autorais, propriedade intelectual etc. Com efeito, análises pautadas unicamente nesses imperativos de mercado deixam de considerar a totalidade e a complexidade das relações que circunscrevem os modelos econômicos e as formas de trabalho, que poderiam ser mais bem acessadas em perspectivas trans-histórica e relacional (YUDICE, 2004; MIGUEZ, 2009, LEITÃO, 2015; PACHECO *et al.*, 2018a).

No Brasil a EC notabilizou-se com a implantação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) no Ministério da Cultura no ano de 2011, fato que contribuiu significativamente para a ampliação dos debates em torno da dimensão econômica da cultura e criatividade. O advento de uma unidade administrativa de governo em âmbito nacional representou o início de um importante processo de institucionalização do tema como política pública de Estado (BRASIL, 2011).

Embora a SEC não tenha subsistido à instabilidade política do país (LEITÃO, 2015), teve seu legado mais representativo materializado no Plano da Secretaria da Economia Criativa (BRASIL, 2011), elaborado na tentativa de se pactuar uma política pública estatal para os setores da EC aderente à multiplicidade de atividades culturais com potencialidades econômicas, ampliando, epistemologicamente, o próprio sentido da economia como motor de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Iniciado o caminho para uma possível institucionalização no contexto brasileiro, a EC passou a ganhar centralidade nos diferentes espaços que constituíam a arena de políticas públicas: governos, empresas, organizações da sociedade civil etc. Com isso, a necessidade de compreensão das abordagens que mais bem serviriam a sua estruturação notabilizou-se, sobretudo, diante das crises democráticas que acometeram a América Latina e o Brasil com avanço da agenda neoliberal (CANCLINI, 2003; PAULA, 2005; HARVEY, 2008; BORÉN; YOUNG, 2013).

De forma ainda mais contextualizada, diante da instabilidade do quadro institucional brasileiro e do enfraquecimento do papel do Estado para assegurar a

continuidade de políticas sociais, abordagens alternativas para a implementação de políticas públicas passaram a ganhar mais espaço, a exemplo da abordagem policêntrica (ou multicêntrica), apontada por Secchi (2013).

O conceito de abordagem policêntrica nasceu das contribuições sobre ordem espontânea e policentrismo, de Michael Polanyi (1951). Posteriormente o conceito foi sofisticado por Vincente e Elinor Ostrom (1971), que colocaram em marcha o papel dos diferentes atores da sociedade no centro da tomada de decisão de políticas públicas, antes inteiramente protagonizado pelo Estado (modelo estadocêntrico). Dessa perspectiva, uma vez que os tensionamentos entre abordagem estadocêntrica e abordagem policêntrica de políticas públicas foram recentemente trazidos a lume (ANDERSSON & OSTROM, 2008; MCGINNIS & OSTROM, 2012), vislumbra-se a possibilidade de reflexão sobre novos constructos teórico-metodológicos capazes de articular a diversidade de organizações, sistemas e modelos de governança que circunscrevem a economia e as indústrias criativas.

E ainda considerando que fenômenos como liberdade e criatividade não podem ser explicados fora de um quadro complexo (MORIN, 2011), este trabalho focalizou uma abordagem teórica que compreende a EC como vetor de desenvolvimento, ou melhor, como parte de um modelo de endogeneização do desenvolvimento a partir de políticas públicas capazes de liberar as forças criativas da lógica dos meios, canalizando-as ao nível dos fins (FURTADO, 1984, 1998; PACHECO *et al.*, 2017, 2018a).

Assim, o presente trabalho teve por objetivo analisar as características do percurso teórico-metodológico dos estudos de políticas públicas em abordagem policêntrica e sua aplicabilidade no contexto da EC a partir de múltiplas experiências descritas no arcabouço científico internacional visando responder a seguinte questão: de que forma a abordagem policêntrica pode contribuir na formulação e no desenvolvimento de políticas públicas de EC?

Para isso, o trabalho discute na seção subsequente a trajetória discursiva da EC e seus apontamentos mais recentes, bem como a relação entre cultura, criatividade e desenvolvimento. Na sequência, focaliza os pressupostos teóricos que circunscrevem a abordagem policêntrica, notadamente aplicados ao contexto de governança de políticas públicas. Após, detalham-se os procedimentos metodológicos utilizados na revisão sistemática (Tabela 1). O capítulo seguinte discute os resultados e

Tabela 1. Procedimentos de busca nas bases de dados.

Campo de busca	Strings de busca	Base de dados
<i>Article title, Abstract, Keywords</i>	<i>("Public Policy" OR "Public Policies" OR "Policy Making") AND polycentric*</i>	<i>Scopus</i>
<i>Article title, Abstract, Keywords</i>	<i>("Public Policy" OR "Public Policies" OR "Policy Making") AND polycentric</i>	<i>Science Direct</i>
<i>Article title, Abstract, Keywords and Keywords Plus</i>	<i>("Public Policy" OR "Public Policies" OR "Policy Making") AND polycentric*</i>	<i>Web of Science</i>

Fonte: elaborada pelos autores.

principais achados visando responder a questão de pesquisa, seguido de um tópico que promove uma breve reflexão sobre a aderência da abordagem policêntrica aos processos de formulação e implementação de políticas públicas de EC. Por fim, faz considerações sobre os achados da literatura, além de apontar limitações e agendas futuras de pesquisa.

A economia criativa na agenda política global

Criatividade é um tema amplamente discutido desde a filosofia clássica. Contudo sua descoberta como insumo estratégico para a produção de valor econômico, social e cultural foi reconhecida no mundo a partir dos anos de 1990, sobretudo por ser um recurso abundante, inesgotável e por dialogar estreitamente com a economia do conhecimento, com as novas tecnologias e com a dimensão econômica da cultura (COMUNIAN, 2011; BORÉN & YOUNG, 2013).

A intensificação das economias de transição (solidária, ecológica, criativa etc.) fez emergir dinâmicas econômicas marcadas por novos processos produtivos (bens e serviços) e modos de produção que decorrem de um ato criativo gerador de valor simbólico-econômico (BENDASOLLI *et al.*, 2009; FLORIDA, 2012; HOWKINS, 2013). Tem-se, assim, que produtos criativos constituem-se de dupla face — a mercadológica e a simbólica —, o que lhes atribui grande especificidade (POTTS *et al.*, 2008).

É necessário destacar que o campo teórico da EC está, ainda, em disputa (LEITÃO, 2015): de um lado, a cultura e a criatividade como recurso do sistema capitalista posto à lógica dos meios, em que a dinâmica industrial da acumulação e da dependência se notabilizam; de outro, como recurso estratégico posto à serviço da solidariedade, colaboração e redistribuição, ou seja, a lógica dos fins, como prenunciava o notável economista Celso Furtado (1978, 1984).

Sob essa perspectiva, há que se considerar que inúmeras experiências discursivas de países desenvolvidos pouco falam sobre *creative economy*. Antes preferem abordar essa temática sob o viés das *creatives industries*, ou seja, uma ressignificação sofisticada do capitalismo sob o mote do valor agregado da cultura, da ciência e da tecnologia na produção de bens e serviços, perspectiva intensamente criticada pela Escola de Frankfurt (ADORNO & HORKHEIMER, 1985; LEITÃO, 2015).

Particularizando as discussões em direção às políticas públicas para a EC, no ano de 2010 a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) lançou, juntamente com a Unidade Especial para Cooperação Sul do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o trabalho intitulado *Creative Economy Report*, em um esforço de cooperação mútua para compreensão e organização sistêmica do panorama da EC em países desenvolvidos e emergentes (UNCTAD, 2010).

Outros estudos frequentemente citados são os de Florida (2003), que introduziu o conceito de classes criativas para análise a EC em perspectiva ocupacional; os de Landry (2011), notadamente quanto ao conceito de cidades criativas a partir de categorias de análise assentadas nas características territoriais; também o do inglês John Howkins (2013) apontado como responsável por cunhar a expressão economia criativa.

Ainda que incipientes, os estudos que se lançam à compreensão da EC no contexto Brasil, especificamente quanto à elaboração de políticas públicas, são dissonantes em concepção: EC, indústria criativa, indústria cultural, indústria de conteúdo etc. são termos tratados como equivalentes. Contudo a tensão ontológica existente no tema revela a necessidade de adoção de uma abordagem adequada à configuração socioeconômica do país (MACHADO, 2009; CLOSS & OLIVEIRA, 2017).

Isso porque os sobreditos discursos produzidos em torno da EC foram acolhidos e festejados, sobretudo pelos países ricos, por caracterizar-se como mais uma etapa sofisticada do modo de produção capitalista (LEITÃO, 2015a, 2015b, 2015c). O professor Jair do Amaral Filho (2013), em sua análise de desenvolvimento da EC no Brasil à luz de Celso Furtado, lembra que:

[...] a análise da economia criativa se adapta bem melhor ao método indutivo que ao método dedutivo, posto que não há uma teoria geral, especialmente porque os resultados das observações empíricas tendem a orientar intervenções de políticas públicas, e estas não devem ser padronizadas, mas sim particularizadas (FILHO, 2013, p. 220).

Mais especificamente, ao tratar as políticas presentes no universo discursivo da EC, o conceito pactuado pela SEC sustenta que “a economia criativa é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos” (BRASIL, 2011, p. 24). Sua dinâmica de existência é dada a partir de uma cadeia de geração de riqueza compreendendo um ciclo produtivo criativo cujas bases devem estar apoiadas na diversidade cultural, na inclusão social, na inovação e na sustentabilidade (BRASIL, 2012; LEITÃO, 2015).

Em tom representativo, Bolaño (2012) destaca que:

O conceito de setores criativos adotado pela SEC, na elaboração do seu planejamento estratégico para o período de 2012 a 2015, é bom nesse sentido porque, ao enfatizar a noção de riqueza cultural, vinculando-a a um processo criativo, cujo resultado será ampliar o patrimônio cultural, escapa do economicismo das versões correntes da pura economia da cultura, aproximando-se do pensamento crítico, mais complexo, da economia política da comunicação e da cultura. (BOLAÑO, 2011, p. 85).

Necessário considerar, portanto, que a literatura recente tem se debruçado em questões que enfatizem a estruturação da EC a partir de características próprias de cada país, procurando nos fatores endógenos os condicionantes de seu desenvolvimento e que possibilitem a estruturação de políticas públicas em que cultura e criatividade joguem o papel central como propulsoras do desenvolvimento inclusivo e sustentável, como bem pontuou Celso Furtado (1974, 1978, 1984, 1998).

Cultura, criatividade e desenvolvimento

Ainda que o conceito de indústrias criativas e, posteriormente, o de EC sejam frequentemente reivindicados com base em experiências anglo-saxãs cumpre re-

gistrar que — décadas antes — um novo desenvolvimento econômico pautado na criatividade já era prenunciado pelo economista brasileiro e ex-ministro da Cultura Celso Furtado. “Devemos, portanto, começar a indagar as relações que existem entre a cultura como sistema de valores e o processo de desenvolvimento das forças produtivas, entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação” (FURTADO, 1984, p. 31).

A literatura furtadiana trouxe a lume reflexões sobre como os processos de inovação e o conhecimento no mundo atual influenciam mutuamente ciência e produção econômica. Para Furtado a criatividade humana — até então utilizada apenas para fins de acumulação e à serviço do poder militar — deveria ser reorientada para busca de um bem-estar coletivo: “o espaço da cultura está delimitado pela ação criadora homem, a qual expressa a sua liberdade. É nas formas que assume a criatividade que podemos encontrar a chave para captar as tendências mais profundas de nossa civilização” (FURTADO, 1978, p. 164).

Cultura e criatividade devem ser vistas como vetores de um processo de desenvolvimento endógeno.

O processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento só se apreende cabalmente quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Desenvolvimento é a utilização de um excedente, o qual abre um horizonte de opções, vale dizer, um excedente adicional cria um desafio à inventividade (FURTADO, 2012, p. 43).

É possível identificar ainda no vasto arcabouço teórico furtadiano influências do também economista Amartya Sen, notadamente pela defesa de políticas públicas que rejeitem a lógica instrumental de desenvolvimento e que passem a considerá-lo promotor do “aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas” (SEN, 2010, p. 25). Para Sen, o real sentido daquilo que entendemos como desenvolvimento deve ser encarado, *a fortiori*, como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2010, p. 55).

Reconhecendo o fator político como “a esfera mais nobre das atividades criativas humanas” (FURTADO, 1998, p. 23), o papel requalificado do Estado ganha notoriedade, a despeito de sua eficácia, seja no incentivo, seja na formulação de políticas públicas adequadas à realidade brasileira, uma vez que restam reconhecidas as potencialidades e capacidade de inventividade da nação, acrescidas de sua diversidade cultural. Dessa forma, “somente com vontade política será capaz de direcionar esse aparato criativo para a reconstrução de estruturas sociais novas na direção de formas superiores de vida” (BRANDÃO, 2013, p. 253).

Com efeito, tem-se que as políticas públicas endereçadas à EC devem assegurar a liberdade de criar e produzir com base nos aspectos simbólicos de cada sociedade em um modelo que se contraponha à lógica das indústrias culturais, de modo que a ideia de desenvolvimento justo, inclusivo e sustentável possa ser efetivamente levada a efeito.

Abordagem policêntrica de políticas públicas

A teoria policêntrica teve origem na ideia de liberdade pública, inaugurada na obra *The Logic of Liberty* (POLANYI, 1951). Posteriormente, os cientistas políticos Vincent e Elinor Ostrom (1965) envidaram esforços empíricos no desenvolvimento da temática policêntrica durante décadas. O reconhecimento dessa trajetória intelectual, que influenciou profundamente a escola econômica de Bloomington, conferiu o Nobel de Economia a Elinor Ostrom em 2009 (ALIGICA & TARKO, 2012).

Anos depois, já na Escola Institucional de Bloomington, os modelos policêntricos de Vincent e Elinor Ostrom foram aplicados no contexto da governança metropolitana e territorial. Especificamente, os estudos empíricos buscavam compreender aspectos de competitividade e eficiência de organizações públicas, que tinham cada qual autonomia de decisão em uma mesma jurisdição geográfica. Os resultados mostraram que a existência de múltiplos centros de decisão poderiam ser natural e saudável à administração pública, uma vez que contribuíam para adequada provisão dos bens públicos (ALIGICA & TARKO, 2012).

Desse diagnóstico, surgiu toda uma literatura convergindo em torno da ideia de que o problema de um governo em perspectiva metropolitana era de que a multiplicidade de unidades políticas fazia desse modelo de governança um fenômeno patológico. Havia governos demais e, como resultado, uma duplicação de funções, uma confusão de jurisdições sobrepostas e um caos organizado. Em resposta aos reformadores, Vincent Ostrom, Elinor Ostrom e respectivo grupo de pesquisa constataram que a escala ideal de produção não é a mesma para todos os bens e serviços públicos urbanos (ALIGICA & TARKO, 2012).

No contexto da abordagem policêntrica, uma política pública só responde efetivamente a um problema público por meio da existência de múltiplos centros de tomadas de decisão — organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas — atuando coletivamente em busca de um interesse comum (OSTROM, 2005; OLSON, 2011; SECCHI, 2013).

A abordagem policêntrica defende a existência de arranjos alternativos de governança como eixo estratégico para sua operacionalização. Adicionalmente, um dos pressupostos do tema assume que as políticas públicas estadocêntricas (ou estatistas/monocêntricas) já não são capazes de atingir seus objetivos de maneira efetiva e continuada, configurando-se meramente transitórias, de governo, elaboradas em um aparato institucional-legal do Estado como único tomador de decisão num contexto de informação assimétricas e ineficiência na provisão de recursos (OSTROM, 2005).

Nessa esteira, o processo decisório no campo das políticas públicas — especialmente aquelas espelhadas na abordagem policêntrica — deve estar aberto às diferentes possibilidades de mediação e ganhos recíprocos, espelhados em adequados mecanismos coletivos de decisão que consigam superar as crises de democracias representativas atuais. Esse processo decisório, fatalmente, é caracterizado por negociações permanentes e cooperação entre grupos construídos de acordo com diferentes lógicas (ALIGICA & TARKO, 2012).

Aligica e Tarko (2012, p. 5) lembram que os modelos policêntricos devem caracterizar-se pela espontaneidade, premissa seminal do trabalho de Polanyi (1951). Dessa forma “padrões de organização dentro de um sistema policêntrico serão auto-geradores ou auto-organizados no sentido de que indivíduos que atuam em todos os níveis terão incentivos para criar ou instituir padrões apropriados de relacionamentos ordenados”, ou seja, a espontaneidade é elemento-chave na estruturação de modelos alternativos de governança de políticas públicas.

E ainda dentre as características centrais do policentrismo destacam-se: liberdade para entrada em determinado sistema e saída deste; existência de um conjunto aceito de regras gerais de conduta na estrutura legal-institucional; não existência de autoridade única, devendo as iniciativas ser fundamentadas na cooperação; premissa da tentativa e erro; estruturação não hierárquica, institucional e cultural; por fim, os múltiplos centros de tomada de decisão podem agir todos no mesmo território ou separados uns dos outros, de maneira mutuamente acordada (ALIGICA & TARKO, 2012).

Os sistemas policêntricos, defendem os autores, adaptam-se melhor às frequentes mudanças de um ambiente institucional, uma vez que as organizações em diferentes níveis têm autonomia para experimentarem estratégias alternativas de governança como resposta a instabilidades. Como resultado dessa organização, tem-se grande diversidade de respostas decorrentes da problemática, que servirão de informação para outros centros de tomada de decisão (KOOPMANS *et al.*, 2018).

Logo, os sistemas policêntricos notabilizam-se na discussão em marcha por abordarem a questão do debate democrático em torno do processo decisório de políticas públicas. Ou seja, as decisões devem ser acordadas por uma ampla variedade de partes interessadas, o que exige troca de informações, compartilhamento de conhecimento e a vontade de chegar a um acordo. Assim, os líderes dos vários grupos sociais envolvidos em formas policêntricas de governança têm não apenas incentivos internos (como empoderamento e legitimidade), mas também incentivos externos (capacidade de convencer os outros nas decisões coletivas) para promover o envolvimento de partes interessadas na tomada de decisões e execução, o que pode ser representativo para os recentes estudos da EC.

MÉTODO

A presente seção descreve os procedimentos utilizados para a consecução da revisão sistemática. Especificamente, trata-se de uma adaptação das etapas definidas no *handbook* da Cochrane Collaboration (HIGGINS & GREEN, 2008), de maneira que sua operacionalização foi assim realizada:

- **1ª etapa — formular pergunta da revisão sistemática e seus objetivos:** nessa etapa realizou-se a delimitação do tema, bem como a pergunta norteadora do trabalho, descrita na introdução, além do objetivo da revisão.
- **2ª etapa — buscar os estudos:** para aplicação dos procedimentos de busca, foram selecionadas as bases de dados Scopus, Web of Science e Science Direct,

cujas relevâncias no contexto científico são notórias, assim como a capilaridade dos artefatos científicos que reúnem em suas plataformas.

Quanto à definição dos descritores, optou-se pela articulação dos termos que envolvem políticas públicas e aqueles relacionados à abordagem policêntrica, já que leituras preliminares apontaram a recorrência desses termos na literatura internacional. As buscas nas bases de dados foram realizadas da seguinte forma:

Em todas as bases foram selecionadas buscas dos documentos do tipo artigos e artigos de revisão. O uso do caractere especial * nas bases *Scopus* e *Web of Science* permitiu que palavras correlacionadas ao termo policêntrico fossem contempladas, a exemplo de policentrismo e policentricidade.

- **3ª etapa — selecionar estudos e extrair dados:** fase correspondente à análise preliminar dos resultados obtidos e à aplicação dos critérios de elegibilidade dos trabalhos. Os critérios de inclusão definidos foram:
 - a. serão incluídos trabalhos publicados e disponíveis integralmente em bases de dados científicas em versão eletrônica;
 - b. serão considerados, inicialmente, os trabalhos que versem sobre políticas públicas em abordagem policêntrica;
 - c. serão incluídos trabalhos que abordem políticas públicas para economia e indústrias criativas.

Nesse ponto, insta frisar que o objetivo da revisão se assenta na descoberta de caminhos alternativos para a implementação de políticas públicas a partir de múltiplas experiências, por isso optou-se por não limitar os estudos apenas àqueles aplicados no contexto da economia e de indústrias criativas.

Quanto aos critérios de exclusão, foram definidos:

- a. serão excluídos trabalhos que, mesmo abordando a EC, não versem sobre política pública;
- b. serão excluídos trabalhos que não adotem a perspectiva de políticas policêntricas delimitadas na revisão;
- c. serão excluídos trabalhos cujo texto não tenha o acesso integral disponibilizado na *web*.

A aplicação dos critérios deu-se por meio da leitura preliminar do título, das palavras-chave e do resumo dos trabalhos.

- **4ª etapa — analisar os trabalhos:** etapa que ocorreu após a seleção preliminar dos trabalhos. Nessa fase, aplicados os critérios de elegibilidade aos trabalhos pré-selecionados, procedeu-se à leitura integral dos artigos selecionados para análise final, bem como os processos de categorização.
- **5ª etapa — discutir e apresentar os resultados:** nesse ponto, discutiram-se os principais achados da revisão em consonância com o objetivo e a questão de pesquisa, previamente delimitados.

Adicionalmente, importa registrar que revisão sistemática em curso foi precedida de minuciosa elaboração dos protocolos de planejamento e condução da revisão. Para apoiar a aplicação metodológica da revisão sistemática, optou-se pela utilização do *software* Start, dada a quantidade de estudos preliminarmente identificados e analisados, bem como do Iramuteq, utilizado para análise da frequência das palavras na consolidação dos resultados de cada artigo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultado dos procedimentos de busca nas bases de dados, foram identificados 79 artigos com acesso aberto contemplando a temática da abordagem policêntrica e políticas públicas. Aplicando-se os critérios de exclusão (a), (b) e (c) sobre o total de trabalhos retornados pela busca, verificou-se que: nove artigos eram duplicados e outros 46 deveriam ser rejeitados, sendo 31 por não focalizarem a abordagem policêntrica na perspectiva definida no protocolo da revisão e 15 por não estarem disponíveis para acesso integral. Restaram, portanto, 24 artigos para análise final, cujo detalhamento encontra-se na (Tabela 2).

Tabela 2. Lista de artigos selecionados.

ID	Título	Local do estudo	Ano de publicação	Periódico	Autores
1	From climates multiple to climate singular: Maintaining policy-relevance in the IPCC synthesis report	Suécia	2018	Environmental Science & Policy	Livingston, Jasmine E. <i>et al.</i>
2	Participatory energy transitions as boundary objects: The case of Chile's Energía2050	Chile	2018	Frontiers in Energy Research	Urquiza, A.; Amigo, C.; Billi, M.; Espinosa, P.
3	The impact of territorial policies on the distribution of the creative economy: tracking spatial patterns of innovation in Slovenia	Eslovênia	2018	Hungarian Geographical Bulletin	Jani Kozina; David Bole
4	The role of multi-actor governance in aligning farm modernization and sustainable rural development	Europa	2018	Journal of Rural Studies	Marlinde E. Koopmans <i>et al.</i>
5	Aligning a Multi-Government Network With Situational Context: Metropolitan Governance as an Organizational Systems Problem	Estados Unidos	2017	American Review of Public Administration	Boschken, Herman L.

Continua...

Tabela 2. Continuação.

ID	Título	Local do estudo	Ano de publicação	Periódico	Autores
6	Creative economies in Romania — spatial projections and trends	Romênia	2017	Bulletin of Geography. Socio-economic series	Radu Daniel Pintilii <i>et al.</i>
7	Polycentrism, planning, and territorial development of public policies in Venezuela and Argentina	Venezuela / Argentina	2017	Revista Geografica Venezolana	Francisco Balza-Moreno, Luis
8	Vincent and Elinor Ostrom: Two confluent trajectories for the governance of common property resources	Brasil	2017	Ambiente e Sociedade	Capelari, M. G. M. <i>et al.</i>
9	Characterization of Protected Natural Areas Systems in Two Mexican Metropolis	México	2016	Desenvolvimento e Meio Ambiente	De la Mora-De la Mora, G.
10	Disentangling puzzles of spatial scales and participation in environmental governance: the case of governance re-scaling through the european water framework directive	Alemanha	2016	Environmental Management	Newig, J.; Schulz, D.; Jager, N. W.
11	Cities and Sustainability: Polycentric Action and Multilevel Governance	Estados Unidos	2015	Urban Affairs Review	Homsy, George C. and Warner, Mildred E.
12	Governing their commons: Elinor and Vincent Ostrom and the Bloomington School	Estados Unidos	2015	Public Choice	Herzberg, Roberta Q.
13	Intra-urban patterns of creative industries in polycentric city	República Tcheca	2015	Geoscape	Ondřej Slach, Igor Ivan, Jan Ženka, Andrej Sopkuliak
14	Political economy of Elinor Ostrom: institutional analysis, commons and polycentric governance	Estados Unidos	2015	Revista Espanola de Ciencia politica	Caballero Miguez, G. Ballesteros, Marta A. Fernandez-Gonzalez, R.
15	Drug policy and global regulatory capitalism: The case of newpsychoactive substances	Nova Zelândia	2014	International Journal of Drug Policy	Seddon, Toby

Continua...

Tabela 2. Continuação.

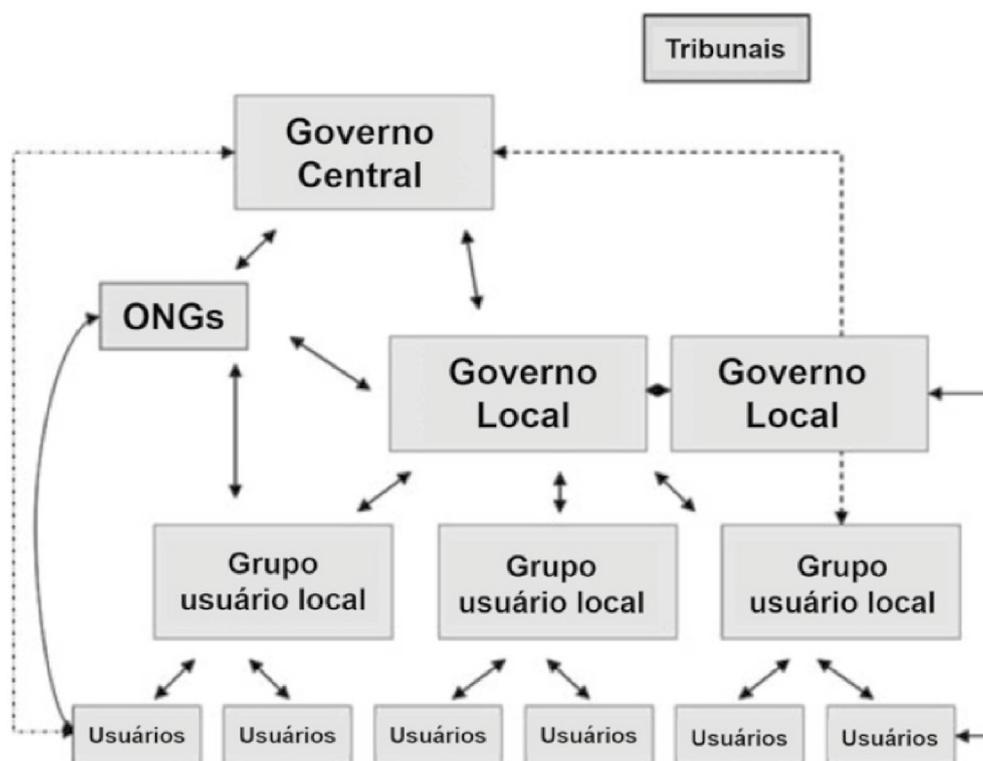
ID	Título	Local do estudo	Ano de publicação	Periódico	Autores
16	Multi-level governance, policy implementation and participation: the EU's mandated participatory planning approach to implementing environmental policy	União Europeia	2014	Journal of European Public Policy	Newig, Jens and Koontz, Tomas M.
17	Multi-level policy dialogues, processes, and actions: Challenges and opportunities for national REDD+ safeguards measurement, reporting, and verification (MRV)	Brasil / Indonésia / Tanzânia	2014	Forests	Jagger, P. <i>et al.</i>
18	REDD+ policy making in Nepal: toward state-centric, polycentric, or market-oriented governance?	Nepal	2014	Ecology and Society	Bushley, Bryan R.
19	Whole-of-society approach for public health policymaking: A case study of polycentric governance from Quebec, Canada	Canadá	2014	Annals of the New York Academy of Sciences	Addy, N. A. Poirier, A. Blouin, C. Drager, N. Dub, L.
20	Governing shipping externalities: Baltic ports in the process of SOx emission reduction	Países Bálticos	2013	Maritime Studies	Gritsenko, D. and Yliskyla-Peuralaht, J.
21	Research and innovation in a polycentric world	América do Norte / Ásia / Europa	2012	Herald of the Russian Academy of Sciences	Ivanova, N. I.
22	Reinventing creativity in old Europe: A development scenario for cities within the Upper Rhine Valley cross-border area	Europa Central	2011	City, Culture and Society	Jean-Alain Héraud
23	Understanding the Global Dimensions of Policy	Inglaterra	2010	Global Policy	Koenig-Archibugi, Mathias
24	The Expanding institutional context for water resources management: The case of the grand river watershed	Canadá	2005	Canadian Water Resources Journal	Plummer, R. and Spiers, A. and FitzGibbon, J. and Imhof, J.

Fonte: elaborada pelos autores.

Em análise aos trabalhos selecionados na fase final de revisão sistemática, verifica-se uma pluralidade de contextos nos quais a abordagem policêntrica de políticas públicas é empregada. Além da diversidade de temas e periódicos, os procedimentos metodológicos também se revelam diversificados, percorrendo a análise qualitativa de dados até a aplicação de modelos estatísticos sofisticados, além de tangenciar as discussões em torno de governança, territorialidade, desenvolvimento, tomada de decisão e sistemas de políticas públicas.

Como observado na Figura 1, a pluralidade de temáticas compreendidas na abordagem policêntrica, a partir da síntese dos resultados de cada trabalho analisado (Figura 2), abre um limiar para estudos no campo das políticas públicas, notadamente quanto aos arranjos alternativos de governança e gestão. De modo geral, considerando que não houve delimitação temporal para a seleção dos artigos, constata-se que as pesquisas da área foram intensificadas a partir de 2010, sendo a maior parte dos trabalhos publicados nos anos de 2017 e 2018, o que pode sinalizar mais interesse em modelos alternativos de políticas públicas diante das recentes transformações na política e na economia global.

Vale lembrar que a análise de políticas públicas passa, necessariamente, pelo adequado processo de estruturação, a partir dos mecanismos de incentivo e coordenação capazes de mediar sua implementação. Mais do que isso, identificar, também, os atores, mecanismos e espaços decisórios (governança) que contribuem para



ONG: organização não governamental.

Fonte: Anderson e Ostrom (2008).

Figura 1. Sistema policêntrico de governança.

processos políticos participativos e políticas públicas. A quase totalidade dos trabalhos poderia ser enquadrada na perspectiva institucionalista, tangenciando a Nova Economia Institucional.

Constata-se, ainda, que a abordagem policêntrica tem sido sistematicamente empregada em estudos relacionados a políticas climáticas, de energia e de gestão ambiental (1), (2), (9), (10), (11), (16), (17), (18), (20) e (24), podendo estar relacionada com a perspectiva histórica do constructo policêntrico na obra de Vicent Ostrom (8) e (14), notadamente endereçada à governança de recursos de propriedade comum.

Outro destaque quanto à concentração temática dos trabalhos repousa sobre a perspectiva de estudos geográficos e espaciais (3), (5), (6), (7), (13), (22), que investigaram a diversificação social e econômica a partir de políticas territoriais e metropolitanas, nas quais o policentrismo foi a lente de análise predominante inclusive no contexto da economia e indústrias criativas, ainda que de forma incipiente. Dentre os trabalhos mais dispersos quanto à categoria temática, destacam-se o de regulação do consumo de drogas (15) e o de saúde pública (19), ambos realizados sob a lente dos sistemas policêntricos de políticas públicas.

Dada a capilaridade dos temas e das formas de desenvolvimento das pesquisas, verifica-se o relato de inúmeras experiências envolvendo comunidades locais, redes internacionais de ativistas, organizações não governamentais, além de governos e corporações cujos resultados geraram uma extensa gama de práticas inovadoras de governança em todos os níveis — não apenas organizacional, mas também no contexto da sociedade da informação, dos direitos humanos e da proteção dos bens culturais e ambientais.

Há que se ressaltar, contudo, que o quadro analítico-institucional das experiências descritas anteriormente parece assentar-se em premissas pragmáticas das políticas públicas, desconsiderando contextos sociais e culturais dos agentes, bem como as relações de produção que circunscrevem os temas. Essa ausência de articulação entre a construção teórica e os aspectos metodológicos lançam luz sobre os espaços que precisam ser reconfigurados, com novas contribuições, para que a proposta de múltiplos centros de tomada de decisão seja levada a efeito.

ABORDAGEM POLICÊNTRICA E ECONOMIA CRIATIVA: REFLEXÕES E APROXIMAÇÕES

A EC é constituída de múltiplas atividades. Dada sua intersectorialidade, o exercício de integração, ou ainda de adaptação, aos diferentes modelos de governança mencionados na literatura internacional configura um grande desafio. Particularmente, a aproximação com uma abordagem que se pretende policêntrica, ou seja, com múltiplos centros decisórios e em diferentes níveis, requer especial atenção diante do advento dos processos de inovação que têm pautado a agenda epistemológica acadêmica e técnica: “tanto a ciência como a produção econômica estão fortemente assentadas na criatividade” (ANDRADE, 2013, p. 174).

De certa forma, a literatura nacional e internacional que versa sobre a abordagem policêntrica trata a temática em perspectiva multilateral, alçando conceitos

relacionados a sistemas, autogovernança, estruturas participativas e abordagens na lógica de redes. Por sua vez, os estudos aplicados às indústrias e à EC acabam frequentemente reproduzindo os aspectos de ordem micro e macroinstitucional dos países de economia capitalista em patamar avançado.

Entretanto, como bem alertava Furtado (1983, p. 148), a canalização das forças criativas de uma nação em direção à uma lógica dos fins requer a compreensão de que modelos que se pretendem generalizantes não podem ser aplicados em países e temáticas com características distintas

Durante muito tempo prevaleceu por toda a parte a tendência a imaginar que o desenvolvimento é a formação de capacidade produtiva. Ora, a experiência tem demonstrado amplamente que **o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço de capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventividade**. Portanto, trata-se um processo social e cultural, e só ancilarmente econômico. (FURTADO, 1983, p. 148, grifo nosso).

Ainda que o discurso fundante dos modelos policêntricos de políticas públicas defenda os ideais de democracia participativa, colaboração e de múltiplos centros de decisões, torna-se fundamental que essas abordagens sejam acrescidas de elementos contrários à lógica dos meios que — com frequência — tendem a fomentar a produção de bens culturais que uniformizam os padrões de comportamento — base de criação para grandes mercados — além de reproduzir propostas do liberalismo estadunidense.

Dessa forma, alguns desafios na elaboração e implementação de políticas públicas que reúnam cultura, criatividade e desenvolvimento ainda permanecem, os quais continuarão a exigir profundas reflexões dos *policy makers*: “uma tarefa-chave neste campo é reavaliar as incompatibilidades clássicas entre patrimônio e comércio, procurando um caminho que transcenda a mera defesa do valor simbólico dos bens culturais e limite a sua comercialização” (CANCLINI, 2003, p. 34).

De todo modo é possível afirmar que há um conjunto de setores, atividades e patrimônio cultural-criativo que não necessariamente movem-se pela mercantilização racional-instrumental típica da lógica gerencialista, não obstante tal lógica opere como discurso da eficiência e modernização (CHANLAT, 2000). Há, nessa esteira, racionalidades substantivas e enclaves de intercâmbio criativo-cultural estratégicos para se conceber o desenvolvimento econômico a partir da ampliação de liberdades, sobretudo a de criar.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou a trajetória teórica e metodológica na qual a abordagem policêntrica está sendo desenvolvida. Por meio de uma revisão sistemática de 24 artigos científicos, mapearam-se as articulações teóricas empregadas pelos autores, além do caminho metodológico e das respectivas técnicas de análise. A noção de policentrismo ocupa boa parte dos estudos endereçados a políticas públicas de gestão ambiental e climática, além da abordagem de territórios e distribuição espacial.

No tocante à EC, predominam nos trabalhos uma abordagem de cariz institucional, que parte sempre de uma discussão teórica global e caminha para o nível local. Os ideais de inovação, sistemas territoriais, cidades e polos criativos também ganharam destaque. Contudo a análise de efetividade da adoção de abordagens mais participativas (policêntrica, multiator, autogovernança etc.) restou prejudicada tendo em vista a limitação descritiva do percurso de construção e implementação de cada política pública.

A quase totalidade dos trabalhos descreveu boas práticas quanto ao emprego de um modelo de governança mais participativo e democrático em relação aos processos de tomada de decisão em políticas públicas. Todavia uma boa parte deles reconhece que o Estado ainda é a instituição com maior poder de influência, relegando os demais atores a um papel menos poderoso na arena de decisões.

Além disso, cabe destacar que a maioria dos trabalhos analisados é de natureza eurocêntrica, ou ainda norte-americana, que, de certa forma, acaba contemplando análises realizadas em contextos amplamente distintos política e economicamente, com sistemas institucionais-legais diversificados. Essa constatação aponta para uma agenda de pesquisa futura que envide esforços para construção ou adaptação de um modelo que seja adequado à realidade de países em desenvolvimento.

As experiências em torno de abordagens mais participativas, elaboração de planos de ação em nível local-regional, adoção de adequados mecanismos de coordenação e redesenho de políticas públicas cuja participação de múltiplos atores da sociedade foi identificada sinalizam que a perspectiva policêntrica pode representar um caminho promissor para a estruturação de políticas públicas de EC, sobretudo diante das instabilidades políticas e econômicas que o Estado brasileiro tem enfrentado, além das múltiplas intersecções que a temática suscita.

Assim, pelo fato de a EC ainda estar em disputa nos mais diferentes espaços teórico-institucionais, o desafio que se apresenta reside em como realizar o desenho de políticas eficientes que respeitem e expliquem a interação entre motivações e incentivos nos diferentes setores. Com efeito, o desenho de políticas públicas endereçadas à EC deve, portanto, ser baseado em cuidadosos estudos *ex-ante* que examinem as motivações das várias partes interessadas e incluam análises de custo-benefício de cada diretriz proposta, bem como as relações de poder e centralidade de cada participante.

REFERÊNCIAS

ADDY, N.; POIRIER, A.; BLOUIN, C.; DRAGER, N.; DUBÉ, L. Whole-of-society approach for public health policymaking: a case study of polycentric governance from Quebec, Canada. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 131, 2014. <https://doi.org/10.1111/nyas.12503>

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALIGICA, P. D.; TARKO, V. Polycentricity: from polanyi to ostrom, and beyond. *governance: an international journal of policy, administration, and institutions*. **Governance**, v. 25, n. 2, 2012. p. 237-262. <http://doi.org/10.1111/j.1468-0491.2011.01550.x>

ANDERSSON, K. P.; OSTROM, E. Analyzing decentralized resource regimes from a polycentric perspective. **Policy Sciences**, v. 41, n. 1, p. 71-93, 2008. <https://doi.org/10.1007/s11077-007-9055-6>

- ANDRADE, T. N. Celso Furtado: um pensador da criatividade e da ciência. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 174.
- BALZA-MORENO, L. F. Polycentrism, planning, and territorial development of public policies in Venezuela and Argentina. **Revista Geográfica Venezolana**, v. 58, n. 2, p. 282-305, 2017.
- BENDASOLLI, P. F.; WOOD JR., T.; KIRSCHBAUM, C.; PINA E CUNHA, M. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 1, p. 10-18, 2009. <https://doi.org/10.1590/s0034-75902009000100003>
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.
- BORÉN, T.; YOUNG, C. Getting creative with the 'creative city'? Towards new perspectives on creativity in urban policy. **International Journal and Regional Research**, v. 37, n. 5, p. 1799-1815, 2013. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2012.01132.x>
- BOSCHKEN, H. L. Aligning a multi-government network with situational context: metropolitan governance as an organizational systems problem. **The American Review of Public Administration**, v. 47, n. 2, p. 189-208, 2017. <https://doi.org/10.1177/0275074016668402>
- BRASIL. Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. **Ministério da Cultura**, Brasília, 2011. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.
- BROUSSEAU, E.; DEDEURWAERDERE, T.; JOUVET, P. A.; WILLINGER, M. **Governance and environment: policy challenges and research questions**. CORS Lecture, 2011.
- BROUSSEAU, E.; DEDEURWAERDERE, T.; JOUVET, P. A.; WILLINGER, M. **Governance and environment: policy challenges and research questions**. São Paulo: FEA/USP, 2011.
- BUSHLEY, B. R. REDD+ policy making in Nepal: toward state-centric, polycentric, or market-oriented governance? **Ecology and Society**, v. 19, n. 3, 2014. <https://doi.org/10.5751/es-06853-190334>
- CABALLERO, G.; BALLESTEROS, M. A.; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, R. Political economy of Elinor Ostrom: institutional analysis, commons and polycentric governance. **Revista Espanola de Ciencia Política**, v. 1, n. 38, p. 13-40, 2015.
- CANCLINI, N. G. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.
- CAPELARI, M. G. M.; CALMON, P. C. D. P.; ARAÚJO, S. M. V. G. Vincent and Elinor Ostrom: two confluent trajectories for the governance of common property resources. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 203-222, 2017. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20150135r1v2012017>
- CHANLAT, J. F. **Ciências sociais e management: reconciliando o econômico com o social**. São Paula: Atlas, 2000.
- CLOSS, L.; OLIVEIRA, S. R. Economia criativa e territórios usados: um debate baseado nas contribuições de Milton Santos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, p.349-363, 2017. <https://doi.org/10.1590/1679-395152437>
- COMUNIAN, R. Rethinking the creative city: the role of complexity, networks and interactions in the urban creative economy. **Urban Studies**, v. 48, n. 6, p. 1157-1179, 2011. <https://doi.org/10.1177/0042098010370626>
- DE LA MORA-DE LA MORA, G. Characterization of protected natural areas systems in two mexican metropolis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 38, p. 139-154, 2016. <https://doi.org/10.5380/dma.v338i0.44769>
- DEHEINZELIN, L. **Desejável mundo novo: vida sustentável, diversa e criativa em 2042**. 1ªed. São Paulo: Ed. do Autor, 2012.
- FILHO, J. A. Cultura, criatividade e desenvolvimento. In: D'AGUIAR, R. F. (Org.). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013. p. 220.
- FLORIDA, R. **The rise of the creative class**. Nova York:Basic Books, 2012.

FURTADO, C. **A nova dependência: dívida externa e monetarismo**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GREEN, S.; HIGGINS, J. P. T. Preparing a Cochrane review. *In*: HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. (Eds.). **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions**. Melbourne: The Cochrane Collaboration, 2008. p. 83.

GRITSENKO, D.; YLISKYLÄ-PEURALAHTI, J. Governing shipping externalities: Baltic ports in the process of SOx emission reduction. **Maritime Studies**, v. 12, n. 1, 2013. <http://doi.org/10.1186/2212-9790-12-10>

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HÉRAUD, J. A. Reinventing creativity in old Europe: a development scenario for cities within the Upper Rhine Valley cross-border area. **City, Culture and Society**, v. 2, n. 2, p. 65-73, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2011.06.002>

HERZBERG, R. Governing their commons: Elinor and Vincent Ostrom and the Bloomington School. **Public Choice**, v. 163, n. 1-2. p. 95-109, 2015. <https://doi.org/10.1007/s1127-015-0243-1>

HOMSY, G. C.; WARNER, M. E. Cities and Sustainability: Polycentric Action and Multilevel Governance. **Urban Affairs Review**, v. 51, n. 1, p. 46-73, 2015. <https://doi.org/10.1177/1078087414530545>

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. Westminster: Penguin, 2013.

IVANOVA, N. I. Research and innovation in a polycentric world. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, v. 82, n. 4, p.2 69-280, 2012. <https://doi.org/10.1134/s1019331612040090>

JAGGER, P.; BROCKHAUS, M.; DUCHELLE, A.; GEBARA, M.; LAWLOR, K.; RESOSUDARMO, I.; SUNDERLIN, W. Multi-Level policy dialogues, processes, and actions: Challenges and opportunities for national REDD+ safeguards Measurement, Reporting, and Verification (MRV). **Forests**, v. 5, n. 9, p.2 136-2162, 2014. <https://doi.org/10.3390/f5092136>

JASMINE, E.; Lövbrand, E.; OLSSON, J. A. From climates multiple to climate singular: Maintaining policy-relevance in the IPCC synthesis report. **Environmental Science e Policy**, v. 90, p. 83-90, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2018.10.003>

KOENIG-ARCHIBUGI, M. Understanding the global dimensions of policy. **Global Policy**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 2010. <https://doi.org/10.1111/j.1758-5899.2009.00009.x>

KOOPMANS, E. M.; ROGGE, E.; METTEPENNINGEN, E.; KNICKEL, K.; ŠŪMANE, K. The role of multi-actor governance in aligning farm modernization and sustainable rural development. **Journal of Rural Studies**, v. 59, p. 252-262, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2017.03.012>

KOZINA, J.; BOLE, D. The impact of territorial policies on the distribution of the creative economy: tracking spatial patterns of innovation in Slovenia. **Hungarian Geographical Bulletin**, v. 67, n. 3, p. 259-273, 2018. <https://doi.org/10.15201/hungeobull.67.3.4>

LANDRY, C. The creativity city index. **City, Culture and Society**, v. 2, n. 3, p. 173-179, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.ccs.2011.09.003>

LEITÃO, C. S. Economia criativa e desenvolvimento. **Revista Será**, Recife, 2015a. Disponível em: <http://revistasera.info/economia-criativa-e-desenvolvimento-claudia-leitao/>. Acesso em: 12 mai. 2021.

LEITÃO, C. S. Indústrias criativas x economia criativa: compreendendo a disputa entre modelos de desenvolvimento com base em Celso Furtado. *In*: SOUZA, P. (Org.). **Brasil, Sociedade em Movimento**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015b. p. 150-1665.

LEITÃO, C. S. Por um Brasil criativo. **Revista Observatório Itaú Cultural**, n. 18, 2015c.

LIMA, S. M. S. Polos Criativos: lugares de desenvolvimento. *In*: OLIVEIRA, C. W. A.; COSTA, J. A. V.;

- FIGUEIREDO, G. M.; MORAES, A. R.; CARNEIRO, R. B.; SILVA, I. B. (Orgs.). **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017. p. 65-80.
- MACHADO, R. M. Da indústria cultural à economia criativa. **Revista Alceu**, v. 9, n. 18, p. 83-95, 2009.
- MADEIRA, M. G. **Economia Criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.
- MCGINNIS, M. D.; OSTROM, E. Reflections on Vincent Ostrom, public administration and polycentricity. **Public Administration Review**, v. 72, n. 1, p. 15-25, 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2011.02488.x>
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 4ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- NEWIG, J.; SCHULZ, D.; JAGER, N. W. Disentangling puzzles of spatial scales and participation in environmental governance-the case of governance re-scaling through the European water framework directive. **Environmental Management**, v. 58, n. 6, p. 998-1014, 2016. <https://doi.org/10.1007/s00267-016-0753-8>
- NEWIG, J.; KOONTZ, T. M. Multi-level governance, policy implementation and participation: the EU's mandated participatory planning approach to implementing environmental policy. **Journal of European Public Policy**, v. 21, n. 2, p. 248-267, 2014. <https://doi.org/10.1080/13501763.2013.834070>
- OLSON, M. Uma teoria dos grupos sociais e das Organizações. In: OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. p. 17-64.
- OSTROM, E. Policies that crowd out reciprocity and collective action. In: GINTIS, H.; BOWLES, S.; BOYD, R.; FEHR, E. (Orgs.). **Moral sentiments and material interests: the foundations of cooperation in economic life**. Cambridge: MIT Press, 2005. p. 253-275.
- OSTROM, E. Reflexions on the commons. In: OSTROM, E. **The evolution of Institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-28.
- OSTROM, E. Toward a behavioral theory linking trust, reciprocity and reputation. In: OSTROM, E.; WALKER. (Eds.) **Trust and reciprocity: interdisciplinary lessons for experimental research**. New York: Russell Sage Foundation, 2003. p. 19-78.
- OSTROM, V.; OSTROM, E. A behavioral approach to the study of intergovernmental relations. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 359, n. 1, p. 135-146, 1965. <https://doi.org/10.1177/000271626535900115>
- OSTROM, V.; OSTROM, E. Public choice: a different approach to the study of public administration. **Public Administration Review**, v. 31, n. 2, 1971. <https://doi.org/10.2307/974676>
- PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G.; MARIANI, M. A. P. La economía creativa en Brasil – El desarrollo del turismo local en el pantanal sur de Mato Grosso. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 26, n. 3, p. 678-697, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=180752116010>. Acesso em: 22 out. 2021.
- PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Revista de Economia Política**, v. 38, n. 2, p. 324-337, 2018a. <https://doi.org/10.1590/0101-31572018v38n02a06>
- PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G.; MARIANI, M. A. P. O discurso global da economia criativa – frameworks para o desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 5, p. 134-147, 2018b. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/4095>. Acesso em: 22 out. 2021.
- PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PLUMMER, R.; SPIERS, A.; FITZGIBBON, J.; IMHOF, J. The expanding institutional context for water resources management: the case of the grand river watershed. **Canadian Water Resources Journal**, v. 30, n. 3, p. 227-244, 2005. <https://doi.org/10.4296/cwrj3003227>
- POLANYI, K.; ARENSBERG, C. **Trade and market in the early empires: economies in history and theory**. New York: The Free Press, 1957.
- POLANYI, M. **The logic of liberty**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1951.

POTTS, J.; CUNNINGHAM, S.; HARTLEY, J.; ORMEROD, P. Social network markets: a new definition of the creative industries. *Journal of Cultural Economy*, v. 32, n. 3, p. 167-185, 2008. <https://doi.org/10.1007/s10824-008-9066-y>

PINTILLI, R. D.; PEPTENATU, D.; CIOBOTARU, A. M.; TOMA, S. G.; GRIGORE, A. M.; DRAGHICI, C.; DOBREA, R. C.; SIMION, A.; ANDRONACHE, I.; REODORESCU, C.; DIACONU, D. C. Creative economies in Romania – spatial projections and trends. *Bulletin of Geography*, v. 37, 2017. <http://doi.org/10.1515/bog-2017-0027>

REIS, A. C. F. (org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural; Garimpo de Soluções, 2008.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEDDON, T. Drug policy and global regulatory capitalism: the case of new psychoactive substances (NPS). *International Journal of Drug Policy*, v. 25, n. 5, p. 1019-1024, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.drugpo.2014.03.009>

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SLACH, O.; IVAN, I.; ŽENKA, J.; SOPKULIAK, A. Intra-urban patterns of creative industries in polycentric city. *Geoscape*, v. 9, n. 1, p. 1-16, 2015. <https://doi.org/10.1515/geosc-2015-0001>

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável**. Nações Unidas, 2010.

UNESCO. **Creative Economy Report: widening local development pathways**. United Nations Development Programme (UNDP) and United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Paris, 2013.

URQUIZA, A.; AMIGO, C.; BILLI, M.; ESPINOSA, P. Participatory energy transitions as boundary objects: the case of Chile's Energía2050. *Frontiers in Energy Research*, v. 6, p. 134, 2018. <https://doi.org/10.3389/fenrg.2018.00134>

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

Sobre os autores

Adriano Pereira de Castro Pacheco: Doutor em Administração pela Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (ESAN/UFMS). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Pesquisador em Economia Criativa, Inovação e Políticas Públicas.

Manoela Morais: Doutoranda em Administração na Escola de Administração e Negócios (ESAN) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Erlaine Binotto: Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Associada na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professora dos Programas de Agronegócios (UFGD) e Administração (ESAN/PPGAD) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Elcio Gustavo Benini: Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professor Associado na Escola de Administração e Negócios (ESAN) e Professor dos Programas de Pós-Graduação em Administração (PPGAD) e Administração Pública (PROFIAP), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Conflito de interesses: nada a declarar – **Fonte de financiamento:** nenhuma.

Contribuições dos autores: Pacheco, A. P. C.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição. Morais, M.: Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Metodologia, Escrita – Primeira Redação. Binotto, E.: Conceituação, Metodologia, Supervisão, Validação, Escrita – Revisão e Edição. Benini, E. G.: Conceituação, Análise Formal, Validação, Visualização, Escrita – Revisão e Edição.

